

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.917	4.453
Concessionárias e permissionárias	7	4.567	4.500
Estoques		891	3.904
Adiantamento a fornecedores		405	218
Impostos a recuperar	8	3.829	4.953
Outros ativos circulantes		360	231
		20.969	18.259
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		247	108
Imobilizado não vinculado à concessão		834	897
Imobilizado	9	262.462	271.850
Intangível	10	13.350	12.388
		276.893	285.243
		297.862	303.502

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		173	518
Fornecedores - partes relacionadas	21	11	11
Empréstimos - partes relacionadas	11	31.329	25.100
Impostos e contribuições sociais		22.760	639
Taxas regulamentares	12	1.627	1.427
Outros passivos circulantes		1.033	899
		56.933	28.594
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	158.060	214.256
Outras provisões - compensação ambiental		2.278	2.006
Provisão contingências	13	68	68
Outros passivos não circulantes		4.201	3.438
		164.607	219.768
Patrimônio líquido			
Capital social		208.351	208.351
Prejuízo acumulado		(132.029)	(153.211)
	14	76.322	55.140
Total do passivo e do patrimônio líquido		297.862	303.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	15	35.469	32.940
Custo da operação	16	<u>(18.797)</u>	<u>(17.907)</u>
Lucro bruto		16.672	15.033
Despesas gerais e administrativas	17	(4.333)	(5.048)
Outras (despesas) /receitas operacionais		<u>(104)</u>	<u>(74)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		12.235	9.911
Resultado financeiro	19	<u>32.873</u>	<u>(88.307)</u>
Receita financeira		74.977	29.744
Despesa financeira		(42.104)	(118.081)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		45.108	(78.395)
Imposto de renda e contribuição social		(23.926)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>21.182</u>	<u>(78.395)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.182	(78.395)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>21.182</u>	<u>(78.395)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	208.351	(74.816)	133.535
Prejuízo do exercício	-	(78.395)	(78.395)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	208.351	(153.211)	55.140
Lucro líquido do exercício	-	21.182	21.182
Saldo em 31 de dezembro de 2016	208.351	(132.029)	76.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro / (prejuízo) antes dos impostos	45.108	(78.395)
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	(31.448)	89.204
Depreciação e amortização	10.431	10.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(415)
Provisão para contingências	802	(343)
Provisão para compensação ambiental	272	235
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(67)	(21)
Estoques	3.012	(910)
Impostos a recuperar	1.124	1.507
Adiantamentos a fornecedores	(186)	37
Outros ativos	(519)	237
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(345)	(543)
Tributos e contribuições sociais	(1.532)	900
Impostos pagos	(274)	(895)
Juros pagos	(7.818)	(7.659)
Taxas regulamentares	201	532
Outros passivos	44	524
Fluxo de caixa gerado pelas nas atividades operacionais	18.807	14.250
Baixa (aquisição) de imobilizado e intangível	(1.893)	710
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.893)	710
Empréstimos captados	-	-
Empréstimos pagos	(10.450)	(22.388)
Fluxo de caixa consumido pelas nas atividades de financiamento	(10.450)	(22.388)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.464	(7.428)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.453	11.881
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.917	4.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km.
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$36.000 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2015 estabeleceu a RAP em R\$ 39.357 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 9 - Intangível.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Em 2015 a tributação do imposto de renda e contribuição social foi feita tendo como base o lucro real.

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Em 2016 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social foi alterado para o lucro presumido da receita.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante	20.969	(29.143)	50.112	18.259	(31.696)	49.955
Caixa e equivalentes de caixa	10.917	-	10.917	4.453	-	4.453
Concessionárias e permissionárias	4.567	-	4.567	4.500	-	4.500
Adiantamentos a fornecedores	405	-	405	218	-	218
Impostos a recuperar	3.829	-	3.829	4.953	-	4.953
Estoques	891	-	891	3.904	-	3.904
Ativo financeiro amortizável	-	(29.143)	29.143	-	(31.696)	31.696
Outros ativos circulantes	360	-	360	231	-	231
Ativo não circulante	276.893	(35.953)	312.846	285.243	(36.135)	321.377
Ativo financeiro amortizável	-	(311.697)	311.697	-	(314.293)	314.293
Outros ativos não circulantes	247	-	247	108	-	108
Imobilizado não vinculado à concessão	834	-	834	897	-	897
Imobilizado	262.462	262.447	15	271.850	271.838	11
Intangível	13.350	13.297	53	12.388	6.320	6.068
Total de ativos	297.862	(65.096)	362.958	303.502	(67.831)	371.332

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	56.933	-	56.933	28.594	-	28.594
Fornecedores - terceiros	173	-	173	518	-	518
Fornecedores - partes relacionadas	11	-	11	11	-	11
Empréstimos - partes relacionadas	31.329	-	31.329	25.100	-	25.100
Impostos e contribuições sociais	22.760	-	22.760	639	-	639
Taxas regulamentares	1.627	-	1.627	1.427	-	1.427
Outros passivos circulantes	1.033	-	1.033	899	-	899
Passivo não circulante	164.607	(628)	165.235	219.768	(22.321)	242.089
Empréstimos - partes relacionadas	158.060	-	158.060	214.256	-	214.256
Outras provisões - compensação ambiental	2.278	-	2.278	2.006	-	2.006
Provisão para contingências	68	-	68	68	-	68
Tributos diferidos	-	(628)	628	-	(22.321)	22.321
Outros passivos não circulantes	4.201	-	4.201	3.438	-	3.438
Patrimônio líquido	76.322	(64.468)	140.790	55.140	(45.509)	100.649
Capital social	208.351	-	208.351	208.351	-	208.351
Prejuízo acumulado	(132.029)	(64.468)	(67.561)	(153.211)	(45.509)	(107.702)
Total do passivo e do patrimônio líquido	297.862	(65.096)	362.958	303.502	(67.830)	371.332

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	35.469	5.149	30.320	32.940	(802)	33.742
Custo da operação	(18.797)	(2.414)	(16.382)	(17.907)	(4.786)	(13.121)
Lucro bruto	16.672	2.735	13.938	15.033	(5.588)	20.621
Despesas gerais e administrativas	(4.333)	-	(4.333)	(5.048)	-	(5.048)
Outras (despesas) /receitas operacionais	(104)	-	(104)	(74)	-	(74)
Lucro antes do resultado financeiro	12.235	2.735	9.501	9.911	(5.588)	15.499
Resultado financeiro	32.873	-	32.873	(88.307)	-	(88.307)
Receita financeira	74.977	-	74.977	29.744	-	29.744
Despesa financeira	(42.104)	-	(42.104)	(118.081)	-	(118.081)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	45.108	2.735	42.374	(78.395)	(5.588)	(72.807)
Imposto de renda e contribuição social	(23.926)	(21.693)	(2.233)	-	10.496	(10.496)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.182	(18.958)	40.141	(78.395)	4.908	(83.303)

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	3.046	339
Aplicações financeiras	7.871	4.114
	<u>10.917</u>	<u>4.453</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	3.755	3.930
Vencidas até 30 dias	13	12
Vencidas até 60 dias	9	16
Vencidas até 90 dias	13	29
Vencidas até 120 dias	25	565
Vencidas até 180 dias	729	498
Vencidas há mais de 180 dias	75	52
	<u>4.619</u>	<u>4.552</u>
(-) PCLD	(52)	(52)
	<u>4.567</u>	<u>4.500</u>

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(52)	(467)
Reversão	-	415
Complemento de provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(52)</u>	<u>(52)</u>

8. Impostos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
PIS	2	2
COFINS	9	9
IR	2.552	3.396
CSLL	1.317	1.544
Outros	(51)	2
	<u>3.829</u>	<u>4.953</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	324.140	-	-	407	324.546	407	(70.972)	253.574	263.462
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.887	-	-	289	3.176	289	(808)	2.368	2.206
Máquinas e equipamentos	320.331	-	-	112	320.443	112	(69.505)	250.938	260.902
Veículos	868	-	-	6	874	6	(635)	239	321
Móveis e utensílios	54	-	-	-	53	-	(24)	29	33
Administração	11	-	-	-	11	-	(4)	7	7
Máquinas e equipamentos	11	-	-	-	11	-	(4)	7	7
	324.151	-	-	407	324.557	407	(70.976)	253.581	263.469
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	8.377	2.215	(1.313)	(407)	8.872	495	-	8.872	8.377
Máquinas e equipamentos	1.070	-	(29)	(63)	978	(92)	-	978	1.070
Outros	7.307	2.215	(1.284)	(344)	7.894	587	-	7.894	7.307
Administração	4	5	-	-	9	5	-	9	4
Máquinas e equipamentos	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Outros	-	5	-	-	5	5	-	5	-
	8.381	2.220	(1.313)	(407)	8.881	500	-	8.881	8.381
	332.532	2.220	(1.313)	-	333.438	907	(70.976)	262.462	271.850

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	2016			2015	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	5,16%	324.546	(70.972)	253.574	263.462
Administração	6,67%	11	(4)	7	7
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.174	(340)	834	897
		325.731	(71.316)	254.415	264.366

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2016

	Material e equipamentos
Material em depósito	2.178
Adiantamentos a fornecedores	42
	2.220

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

Descrição do bem	Grupo	Valor
Projeto executivo da nova casa de controle na SE Estreito 500Kv	Edificações, obras civis e benfeitorias	25
Projeto executivo da nova casa de controle na SE Estreito 500Kv	Edificações, obras civis e benfeitorias	20
Construção de parede corta fogo, na SE Jaguara, entre a casa de comando SGBH-PCTE e o Banco de Reatores 500KV	Edificações, obras civis e benfeitorias	175
Projeto executivo da nova casa de controle na SE Estreito 500Kv	Edificações, obras civis e benfeitorias	20
Melhoria na malha de aterramento SE Ribeirão Preto 500KV	Máquinas e equipamentos	32
Megohmetro Digital 5v	Máquinas e equipamentos	18
Alicote de Corrente Digital AC/DC 300A	Máquinas e equipamentos	10
Transdutor Senoidal 85	Máquinas e equipamentos	10
Smart Classe E1,OLA-55m,atenuador optico,ibc brand cleaner,kit de limpeza	Máquinas e equipamentos	19
Cesto Aereo Individual fibra NR12	Veiculos	6

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2016

Não houve baixa de ativo imobilizado no exercício de 2016.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	12.116	1.241	-	-	13.357	1.241	(61)	13.296	12.065
Servidões	12.056	1241	-	-	13.357	1.241	-	13.297	12.056
Softwares	60	-	-	-	60	-	(61)	(1)	9
Administração	73	-	-	-	73	-	(19)	54	68
Softwares	73	-	-	-	73	-	(19)	54	68
	12.189	1241	-	-	13.430	1.241	(80)	13.350	12.133
Ativo intangível em curso									
Transmissão	255	-	(255)	-	-	(255)			
Servidões	251	-	(251)	-	-	(251)			
Softwares	4	-	(4)	-	-	(4)			
Outros	-	-	-	-	-	-			
Administração	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-			
	255	-	(255)	-	-	(255)			
	12.444	1.241	(255)	-	13.430	986			

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de amortização

			2016		2015
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	20,00%	13.357	(61)	13.296	12.065
Administração	20,00%	73	(19)	54	68
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	-	-	-	-
		13.430	(80)	13.350	12.133

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

10.3. Principais adições e baixas do ativo intangível em 2016

Não houve adições e baixas do ativo intangível no exercício.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto. de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2016	2015
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2025	Semestral	20/06/17	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,85% a.a.	189.389	239.356
									189.389	239.356
Circulante									31.329	25.100
Não circulante									158.060	214.256
									189.389	239.356

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

State Grid International Development Limited (SGID)

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou em nome da Companhia as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto a China Development Bank ("CDB") no montante de USD 8.520 correspondente a R\$ 19.574. Neste mesmo montante foi contratado, junto à SGID, um novo empréstimo a custo *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo *Libor* + 2,85% a.a. e no mesmo montante de USD 70.800, correspondente a R\$ 184.257, com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro de 2014 e com vencimento final em 04/09/2025.

No ano de 2016 devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. O valor foi renegociado para pagamento em junho de 2017. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Em dezembro a empresa pagou principal e juros conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2018	20.767
2019	20.767
2020	20.767
2021 - 2025	95.759
	<u>158.060</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Taxas regulamentares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	66	98
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	301	299
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	1.260	1.030
	<u>1.627</u>	<u>1.427</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Trabalhistas</u>
Saldos em 31/12/2015	68
Baixas	-
Saldos em 31/12/2016	68

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	8	-
Fiscal	983	912
Cível	902	20
	<u>1.893</u>	<u>932</u>

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$208.351 dividido em 208.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH	99,99%
<i>International Grid Holding Limited</i>	0,01%
	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016. A Companhia não propôs dividendos visto que o lucro societário absorveu prejuízos acumulados.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	38.330	38.194
Receita rateio de antecipação	2.408	2.815
Receita de encargos de transmissão	37.724	34.595
Recuperação de PIS e COFINS	1.442	3.642
Parcela ajuste do ciclo anterior	(3.189)	(2.858)
Indisponibilidade de equipamentos	(55)	-
Deduções da receita operacional	(2.861)	(5.254)
PIS	(249)	(630)
COFINS	(1.150)	(2.903)
P&D	(355)	(332)
RGR	(958)	(1.307)
TFSEE	(149)	(82)
	35.469	32.940

16. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(4.745)	(4.655)
Material	(1.257)	(659)
Serviços de terceiros	(824)	(803)
Depreciação e amortização	(10.304)	(10.177)
Arrendamentos e aluguéis	(145)	(19)
Seguros	(106)	(97)
Tributos	(4)	(6)
Gastos diversos	(1.412)	(1.491)
	(18.797)	(17.907)

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(1.426)	(1.316)
Administradores	(1.691)	(1.825)
Material	(12)	(40)
Serviços de terceiros	(420)	(588)
Arrendamentos e aluguéis	(64)	(89)
Provisão	(420)	(121)
(-) Recuperação de despesas	-	722
Tributos	(20)	(1.774)
Depreciação e amortização	(15)	(6)
Outras	(265)	(11)
	(4.333)	(5.048)

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

18. Despesas com pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(3.334)	(3.200)
Encargos	(1.015)	(1.022)
Benefícios	(395)	(426)
Outros	(1)	(7)
	<u>(4.745)</u>	<u>(4.655)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(447)	(390)
Encargos	(465)	(479)
Despesas rescisórias	-	-
Benefícios	(173)	(166)
Outros	(342)	(281)
Administradores	(1.691)	(1.825)
	<u>(3.117)</u>	<u>(3.141)</u>
	<u>(7.862)</u>	<u>(7.796)</u>

19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	74.977	29.774
Receitas de aplicações financeiras	1.551	1.796
Variações cambiais ativas	72.898	27.942
Outras receitas financeiras	528	36
Despesa financeira	(42.104)	(118.081)
Variações cambiais passivas	(33.170)	(109.965)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas	(8.029)	(7.181)
Outras despesas financeiras	(905)	(935)
	<u>32.873</u>	<u>(88.307)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.917	4.453
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos a fornecedores		405	218
Concessionárias e permissionárias	7	4.567	4.500
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos - partes relacionadas	11	189.389	239.356
Fornecedores - terceiros		173	518
Fornecedores - partes relacionadas	21	11	11

20.2. Gestão de risco

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2016</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	189.389	(8.454)	8.876

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

21.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores (i)	11	11
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 11)	189.389	239.356

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

21.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa de aluguel (ii)	64	58
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 11)	8.029	7.181

(ii) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.